

Assunto: Registro de preços com até 3 (três) empresas especializadas para realização de serviços de topografia no Município de São Paulo

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO

1.1. Definição do objeto e sua natureza

Registro de preços com até 3 (três) empresas especializadas para realização de serviços de topografia no Município de São Paulo.

A contratação destina-se a aprimorar e tornar a coleta de dados *in loco* mais eficiente e precisa como o intuito de fornecer subsídios para os auditores de controle externo em suas atividades de auditoria, no âmbito de fiscalização dos órgãos municipais, quanto ao atendimento dos princípios da legalidade, legitimidade, eficiência, economicidade, moralidade, impessoalidade e publicidade.

Os serviços de topografia são enquadrados como serviços comuns de engenharia, nos termos do artigo 6º, inciso XXI, alínea “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão de apresentarem características objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade.

1.2. Quantitativos e especificações

As quantidades de serviço estimadas estão detalhadas no quadro abaixo, com base na expectativa de utilização para um período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Un.	Quant.
1	Levantamento planimétrico cadastral	m²	60.000,00
2	Levantamento planialtimétrico cadastral	m²	60.000,00

Item	Descrição	Un.	Quant.
3	Levantamento planimétrico de via pública e semi-cadastro de imóveis	m	18.000,00
4	Transporte de cota de referência de nível	m	6.000,00
5	Transporte de coordenadas	m	15.000,00

Cada levantamento a ser contratado envolverá um ou mais serviços, dentre os cinco elencados acima, conforme as necessidades da Secretaria de Controle Externo (SCE) do TCMSP, que serão definidos e quantificados pelos Auditores de Controle Externo responsáveis pela contratação, com a anuência por escrito da detentora da Ata de RP:

- A quantidade mínima do serviço 1 – Levantamento planimétrico cadastral será de 2.000,00 m² por contratação.
- A quantidade mínima do serviço 2 – Levantamento planialtimétrico cadastral será de 2.000,00 m² por contratação.
- A quantidade mínima do serviço 3 – Levantamento planimétrico de via pública e semi-cadastro de imóveis será de 300,00 m por contratação.

1.3. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação

O prazo de vigência da ARP será de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação por igual período conforme previsto na legislação, a depender do interesse da detentora e da demanda futura do TCMSP.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Com o intuito de cumprir as atribuições inerentes ao controle externo, no âmbito de fiscalização dos órgãos municipais, quanto ao atendimento dos princípios da legalidade,

legitimidade, eficiência, economicidade, moralidade, impessoalidade e publicidade, a Secretaria de Controle Externo (SCE) do TCMSP, através de seu corpo técnico, elabora relatórios de auditoria de contratos de obras e serviços de engenharia fundamentados em análises documentais e em vistorias técnicas realizadas *in loco*.

Com o objetivo de aprimorar e tornar a coleta de dados *in loco* mais eficiente e precisa faz-se necessária a contratação de empresas especializadas em serviços de topografia, para a realização de levantamentos topográficos e obtenção de medidas precisas de comprimento, áreas, volumes, bem como a locação de todos os detalhes relevantes que permitam identificar inequivocamente as características físicas objeto de fiscalização da Secretaria de Controle Externo.

A proposta está alinhada com os princípios da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que tange à promoção do desenvolvimento nacional sustentável, à melhoria da infraestrutura pública e à valorização do ambiente institucional. A contratação visa atender ao interesse público, conforme previsto no artigo 11 da referida Lei, que estabelece como diretriz o incentivo à inovação e à melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Administração Pública.

Registre-se que tal tipo de contratação tem como fundamento a previsão contida no item 39 da Norma Brasileira de Auditoria do Setor Público (NBASP) nº 100 (Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público), que assim prescreve: “As auditorias podem exigir técnicas especializadas, métodos ou habilidades de disciplinas que não estão disponíveis dentro da EFS. Em tais casos, especialistas podem ser usados para fornecer conhecimento, para realizar tarefas específicas ou para outros propósitos”.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Os serviços poderão ser realizados em toda a área pertencente ao Município de São Paulo.

As empresas que participarem do certame deverão ter especialidade na realização de serviços topográficos, incluindo os equipamentos específicos para os trabalhos.

A empresa contratada deverá executar os serviços fornecendo os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários à sua completa execução.

Por se tratar de serviços topográficos de levantamento de grandezas físicas para subsidiar os trabalhos de auditoria e as análises dos auditores de controle externo deste Tribunal, não se vislumbra a aplicabilidade e/ou vantagem de exigência de apresentação de levantamentos na metodologia BIM.

Devido às características do objeto não há necessidade de garantia ou assistência técnica.

3.1. Relação dos serviços

- Levantamento planimétrico cadastral;
- Levantamento planialtimétrico cadastral;
- Levantamento planimétrico de via pública e semi-cadastro de imóveis;
- Transporte de cota de referência de nível;
- Transporte de coordenadas.

Os serviços deverão abranger, além dos trabalhos de campo, a análise dos dados e a emissão de relatórios completos sobre os dados levantados, sempre de acordo com as especificações previstas nos critérios de medição e nas Normas Técnicas.

Os levantamentos topográficos deverão vir acompanhados das respectivas plantas planimétricas ou planialtimétricas, conforme especificado nos critérios de medição, de acordo com as normas técnicas da ABNT, nas escalas definidas pela fiscalização, contendo o cadastro dos pontos notáveis, planilhas de cálculo das coordenadas e cotas, cópia da caderneta de campo e anotação de responsabilidade técnica (ART).

Cada levantamento executado deverá ser entregue através de meio digital (arquivos DWG, PLT, DOC, XLS etc.), contendo o ofício de encaminhamento que deverá indicar todos os documentos que compõe o serviço realizado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para alcance dos fins pretendidos da contratação é necessário:

- Assinatura de registro de preços com até 3 (três) empresas detentoras, para mitigar a possibilidade de conflito de interesse caso a empresa detentora esteja prestando serviço de topografia para a Prefeitura do Município de São Paulo ou para as empresas responsáveis pela obra ou serviço de engenharia objeto de auditoria deste Tribunal no âmbito específico do contrato auditado;
- Empresa especializada em serviços de topografia;
- Empresa com qualificação técnico-profissional de no mínimo:

Levantamento planimétrico cadastral, ou

Levantamento planialtimétrico cadastral, ou

Levantamento planimétrico de via pública e semi-cadastro de imóveis.
- Empresa com qualificação técnico-operacional de no mínimo:

Levantamento planimétrico cadastral: 30.000,00 m², ou

Levantamento planialtimétrico cadastral: 30.000,00 m², ou

Levantamento planimétrico de via pública e semi-cadastro de imóveis: 9.000,00 m.
- Possibilidade de subcontratação de até 30% (trinta por cento) do objeto contratado;
- Os serviços poderão ser realizados em toda a área pertencente ao Município de São Paulo;
- Contrato com inclusão de fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para realização dos serviços de topografia;
- Atender as normas técnicas aplicáveis;

- Apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços;
- Entregar levantamentos topográficos e/ou relatórios técnicos dentro dos prazos estabelecidos, conforme parâmetros definidos;
- Garantir sigilo e rastreabilidade dos dados e informações tratados durante a prestação dos serviços.

Não há necessidade de garantia ou assistência técnica, tendo em vista as características do objeto.

O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário, que levará em conta o valor previamente estabelecido para cada item de serviço e as quantidades executadas.

Não estão previstas liberações especiais de trânsito ou de outro órgão de controle e fiscalização, cabendo à empresa a atenção às condições aplicáveis para a prestação dos serviços.

Os serviços a serem contratados se enquadram como atividades acessórias, instrumentais e complementares às atividades de competência legal desta Corte de Contas, tendo como fundamento a previsão contida no item 39 da Norma Brasileira de Auditoria do Setor Público (NBASP) n.º 100 (Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público), que assim prescreve: “As auditorias podem exigir técnicas especializadas, métodos ou habilidades de disciplinas que não estão disponíveis dentro da EFS. Em tais casos, especialistas podem ser usados para fornecer conhecimento, para realizar tarefas específicas ou para outros propósitos”.

A execução do contrato se caracteriza por serviço continuado, considerando que visa atender necessidade contínua e prolongada deste TCMSP, para realização do pretendido apoio às atividades de fiscalização da SCE, observando seu efetivo emprego conforme surgirem as necessidades de apoio, da existência e do volume de obras e serviços de engenharia a serem fiscalizados e acompanhados por esta Corte de Contas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.** As solicitações de serviços por parte do **ÓRGÃO GERENCIADOR** serão feitas via telefone ou e-mail, com a devida confirmação por escrito através de correspondência eletrônica a ser endereçada ao preposto a ser indicado pela(s) **DETENTORA(S)**, devendo a(s) **DETENTORA(S)** responder(em) à correspondência através do mesmo correio eletrônico, dando ciência e confirmação do pedido.
- 5.2.** Se a **DETENTORA** melhor classificada não estiver em conflito de interesses para a execução do objeto, será a ela solicitado fornecer o mesmo, caso haja demanda por parte do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.
- 5.3.** Considera-se em conflito de interesses a empresa que, por qualquer vínculo próprio ou de seus sócios e/ou trabalhadores, esteja suscetível a influências que coloquem em dúvida a confiabilidade dos resultados de seus serviços, tais como:
 - 5.3.1.** a realização de serviços referentes ao objeto específico da respectiva fiscalização do **ÓRGÃO GERENCIADOR** para órgão da Administração Pública ou para a empresa contratada pela Administração Pública;
 - 5.3.2.** a integração, de fato ou de direito, em grupo de sociedades da qual integre também a empresa contratada pela Administração Pública para executar o objeto específico da respectiva fiscalização do **ÓRGÃO GERENCIADOR**;
 - 5.3.3.** a participação de sócio ou trabalhador da **DETENTORA** da **ATA**, direta ou indiretamente, na execução do objeto específico da respectiva fiscalização do **ÓRGÃO GERENCIADOR**;

- 5.3.4.** a relevância econômica, como contratante perante a empresa **DETENTORA** da ATA, da empresa contratada pela Administração Pública para executar o objeto específico da respectiva fiscalização do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.
- 5.4.** O conflito de interesses identifica-se a cada solicitação específica, não gerando, por si, causa para a preterição da empresa melhor classificada em futura solicitação de fornecimento do objeto pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**.
- 5.5.** Em caso de conflito de interesses (identificado fundamentadamente pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** ou declarado pela própria **DETENTORA**) de execução dos serviços, a **DETENTORA** na posição seguinte de classificação será convocada para fornecer o objeto.
- 5.6.** Identificado pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** o conflito de interesses da detentora melhor classificada, será facultado a ela, no prazo de 3 (três) dias, oferecer contestação dirigida ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**.
- 5.7.** A cada solicitação do objeto da **ATA** pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, a **DETENTORA** solicitada deverá declarar, sob as penas do art. 299 do Código Penal, que não está em situação de conflito de interesses, conforme item 5.3 deste TR, para a execução daquele objeto específico.
- 5.7.1.** A falsidade da declaração implicará na aplicação da penalidade prevista na **ATA**, observado o devido processo legal.
- 5.7.2.** Se o conflito de interesses for identificado após a execução do objeto, a empresa executora não fará jus à liquidação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na **ATA**.
- 5.7.3.** Se já liquidada a despesa, a empresa não fará jus ao pagamento.
- 5.7.4.** Se já paga a despesa, a empresa deverá restituir seu valor integral corrigido pelo mesmo índice adotado para a correção dos preços da **ATA**, *pro rata temporis*.

- 5.8.** Os serviços deverão ser iniciados após o recebimento da Ordem de Serviços por parte da **DETENTORA**.
- 5.9.** As solicitações de serviço por parte do **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverão ser feitas por via telefônica ou e-mail, com a devida confirmação por escrito através de correspondência eletrônica a ser endereçada ao preposto a ser indicado pela **DETENTORA**, devendo a **DETENTORA** responder a correspondência através do mesmo correio eletrônico, dando ciência e confirmação do pedido.
- 5.10.** O prazo para início dos serviços deverá ser de no mínimo 3 (três) dias úteis, contados a partir do dia seguinte à data do pedido.
- 5.11.** O prazo para entrega dos levantamentos é de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da realização do serviço de campo.
- 5.12.** Qualquer alteração no prazo de entrega deverá ser solicitada pela **DETENTORA**, com a devida justificativa, para análise por parte do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, podendo ser aprovada ou não.
- 5.13.** Os levantamentos e demais elementos devem ser encaminhados através de correspondência eletrônica ou em mídia digital ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que terá até 3 (três) dias úteis para analisar, aprovar ou solicitar revisões.
- 5.14.** Em caso de necessidade de realização de revisões, a **DETENTORA** terá até 2 (dois) dias úteis para realizá-las e encaminhar o levantamento revisto, através de correspondência eletrônica, ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que terá até 3 (três) dias úteis para analisar e aprovar.
- 5.15.** Após a aprovação do levantamento a **DETENTORA** terá até 2 (dois) dias úteis para encaminhar a versão final de todos os elementos através de correspondência eletrônica ou em mídia digital, juntamente com a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos serviços.

5.16. A **DETENTORA** deverá providenciar, às suas expensas, todos os equipamentos necessários para a execução dos serviços, cujo valor deverá ser considerado quando da elaboração da proposta comercial.

5.17. A **DETENTORA** deverá manter atualizadas, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para esta contratação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE

6.1. O **CONTRATO** deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do **CONTRATO**, o prazo de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** devem ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A **CONTRATADA** designará formalmente seu o preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.5. O **CONTRATANTE** poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da **CONTRATADA**, hipótese em que a **CONTRATADA** designará outro para o exercício da atividade.

6.6. O **CONTRATANTE** poderá convocar o preposto da **CONTRATADA** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.7. A execução do **CONTRATO** deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo responsável pela fiscalização do **CONTRATO**, ou pelos respectivos substitutos.

6.8. O responsável pela fiscalização do **CONTRATO** deverá:

6.8.1. Manter, em custódia, os autos do processo de contratação.

6.8.2. Acompanhar a execução do objeto do **CONTRATO**, apontando as faltas cometidas pela **CONTRATADA** e, se for o caso, promover os registros pertinentes no processo de contratação.

6.8.3. Proceder às anotações, em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas com a execução do **CONTRATO** e determinar a correção e readequação das faltas cometidas pela **CONTRATADA**.

6.8.4. Informar à **CONTRATADA** da necessidade de constante atualização documental, a fim de manter as condições de habilitação e o atendimento das exigências legais.

6.8.5. Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.8.6. Esclarecer que toda a comunicação entre a fiscalização e a **CONTRATADA** será formalizada por escrito, com confirmação de recebimento.

6.8.7. Esclarecer à **CONTRATADA** que eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximi-la da responsabilidade pela inexecução contratual.

6.9. Durante a execução do **CONTRATO**, o responsável pela fiscalização do **CONTRATO** deverá:

6.9.1. Manter contato com o preposto ou representante da **CONTRATADA**, durante toda a execução do **CONTRATO**, com o objetivo de garantir o cumprimento integral das obrigações pactuadas.

6.9.2. Esclarecer as dúvidas do preposto ou representante da **CONTRATADA**, direcionando-as, quando for o caso, ao gestor de **CONTRATO**.

6.9.3. Acompanhar os prazos contratuais.

6.9.4. Registrar, nos autos do processo de contratação, todas as ocorrências relacionadas à execução do **CONTRATO**, em especial as que repercutem na qualidade do objeto e que acarretam retenção no pagamento.

6.9.5. Conferir a nota fiscal ou documento equivalente, confirmar o serviço e/ou fornecimento, juntar sua cópia e documentos pertinentes no respectivo processo e, na hipótese de erro ou divergência com as condições contratadas, aquela deverá ser recusada, mediante declaração expressa das razões da desconformidade.

6.9.6. Verificar se os serviços foram subcontratados além dos limites permitidos.

6.9.7. Caso a execução não esteja plenamente de acordo com o disposto no **CONTRATO**, sugerir, em entendendo necessária, a readequação deste, mediante termo aditivo. Na hipótese de a readequação ser necessária, encaminhar ao gestor do **CONTRATO** documento apontando as alterações cabíveis, acompanhado das justificativas pertinentes, não sendo permitida a redução ou ampliação de obrigações das partes.

6.9.8. Nos casos em que for constatada falha na execução, não havendo acordo com a **CONTRATADA** para a correção, realizar as glosas pertinentes.

6.9.9. Comunicar, por escrito, ao gestor do **CONTRATO** a ocorrência de danos causados pela **CONTRATADA** ao Tribunal ou a terceiros durante toda a execução do **CONTRATO**.

6.9.10. Atestar, quando for o caso, para fins de restituição da garantia, que a **CONTRATADA** cumpriu integralmente todas as obrigações contratuais, inclusive as trabalhistas e previdenciárias.

6.9.11. Exigir a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e demais certidões exigidas por ocasião da habilitação/contratação, no caso de expiração do prazo de validade.

6.9.12. Efetuar análises a respeito da forma de execução mais adequada ao CONTRATO e remetê-las, por escrito, ao gestor do **CONTRATO**, a fim de subsidiá-lo com informações para as próximas contratações.

6.10. Entende-se por **CONTRATO** o Termo de Contrato ou nota de empenho ou documento equivalente que pactuará a execução do acionamento da ARP.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 7.1.** Designar preposto aceito pelo **CONTRATANTE**, para orientar a execução dos serviços, bem como manter contato com o responsável pela fiscalização do CONTRATO, o qual poderá solicitar as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, receber reclamações daquele e tomar todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas.
 - 7.1.1.** Deverão ser informados número de telefone e endereço de e-mail para contato, os quais servirão de meio de comunicação entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**.
- 7.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 7.3.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições deste Termo de Referência, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade,

qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

- 7.4.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo responsável pela fiscalização do **CONTRATO**, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 7.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 7.6.** Efetuar comunicação ao **CONTRATANTE**, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 7.7.** Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 7.8.** Cumprir os prazos para a execução do objeto.
- 7.9.** Prover que a garantia e a especificação dos produtos e serviços aplicados sejam condizentes com aquelas indicadas na respectiva proposta apresentada.
- 7.10.** Entregar ao responsável pela fiscalização do **CONTRATO**, no prazo que for estipulado, os seguintes documentos: certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; certidão que comprove a regularidade com a Dívida Ativa do Estado de São Paulo; certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**, relativamente aos tributos mobiliários;

certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal de São Paulo, relativamente aos tributos mobiliários; Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 7.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**.
- 7.12. Comunicar, imediatamente, ao responsável pela fiscalização do **CONTRATO**, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 7.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos.
- 7.14. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade, durante o a execução dos serviços, que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 7.15. Manter atualizados os seguintes documentos: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); Certidão Negativa de Débitos (CND); Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certidão Estadual (CTE); e regularidade fiscal para com a Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos mobiliários, sempre que ocorrer o vencimento de sua validade, sob pena de extinção do ajuste.
- 7.16. Atender prontamente a quaisquer exigências do **CONTRATANTE**, inerentes ao objeto da contratação.
- 7.17. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.18. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, as parcelas de maior relevância técnica da natureza dos serviços prestados, sendo permitida a subcontratação parcial, limitada a 30% (trinta por cento) do valor das respectivas Ordens de Serviço.

7.18.1. Compreende-se por parcelas de maior relevância técnica os levantamentos topográficos propriamente ditos.

7.19. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

7.20. Atender todas as Normas Regulamentadoras (NRs) – Da Segurança e Medicina do Trabalho – e demais normas relacionadas à execução do objeto.

7.21. Responsabilizar-se por eventuais danos decorrentes da execução do objeto.

7.22. Manter durante toda a execução do objeto, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto.

7.24. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obrigam a se manifestar e atender prontamente.

7.25. Zelar pelo sigilo inerente à execução do objeto e pela confidencialidade e controle de acesso quanto aos dados e informações do **CONTRATANTE**, empregando todos os meios necessários para tanto.

7.26. Assumir todos os eventuais danos causados diretamente ao **CONTRATANTE**, quando estes tiverem sido ocasionados, por seus empregados ou prepostos, durante a execução do objeto.

- 7.27.** Arcar com todas as despesas decorrentes da não observância das condições constantes do objeto, bem como de infrações praticadas por seus empregados ou prepostos, ainda que no recinto do **CONTRATANTE**.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Destacam-se as principais obrigações do **CONTRATANTE**:

- 8.1.** Executar todas as obrigações legais e as contidas neste Termo de Referência, no contrato ou notas de empenho ou documentos equivalentes dela derivados.
- 8.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 8.3.** Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 8.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**.
- 8.5.** Indicar o servidor que atuará como fiscal da contratação.
- 8.6.** Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução dos serviços, por meio de um representante especialmente designado para este fim.
- 8.7.** Emitir a Ordem de Serviços, após a assinatura do contrato ou nota de empenho ou documento equivalente, por ambas as partes.
- 8.8.** Rejeitar, justificadamente, no todo ou em parte, a execução do objeto realizada em desacordo com a especificação, inclusive na hipótese execução por terceiros sem autorização.

- 8.9. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições observadas no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- 8.10. Prestar informações e esclarecimentos que vierem a ser formalmente solicitados.
- 8.11. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei, neste Termo de Referência, bem como nos contratos ou notas de empenho ou documentos equivalentes dela derivados.
- 8.11.1. Caberá ao(à) responsável pela fiscalização do **CONTRATO** propor, à autoridade competente, a aplicação de penalidades, mediante caracterização da infração imputada à **CONTRATADA**.
- 8.12. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência.
- 8.13. Analisar e responder a todos os documentos encaminhados pela **CONTRATADA**, em prazo hábil, para que não haja prejuízo ao andamento dos serviços.
- 8.14. Comunicar à **CONTRATADA** eventual necessidade de alteração justificada nas especificações ou quantitativos, nos termos do artigo 93, §2º, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.15. Sustar, no todo ou em parte, a execução do objeto, sempre que a medida for considerada necessária.
- 8.16. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do **CONTRATO**.
- 8.17. O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

- 8.18.** Proporcionar à **CONTRATADA** as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser por ela solicitados.
- 8.19.** Verificar, durante a vigência do **CONTRATO**, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- 8.20.** Verificar minuciosamente, nos prazos fixados, a conformidade do objeto perante as especificações constantes deste Termo de Referência e da Proposta Comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 8.21.** Emitir os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, conforme disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 9.1.** Os serviços serão medidos pela **CONTRATADA** e atestados pelo responsável pela fiscalização do **CONTRATO**.
- 9.2.** A medição dos serviços será apurada considerando as quantidades efetivamente realizadas pela **CONTRATADA**, dentre os itens de serviço contratados, em conformidade com os princípios da eficiência e da economicidade, levando-se em conta os valores pactuados.
- 9.3.** O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da nota fiscal ou documento equivalente, mediante ateste do responsável pela fiscalização do **CONTRATO**, dos documentos exigidos em lei ou em **CONTRATO**, desde que cumpridas todas as exigências legais e contratuais pela **CONTRATADA**, por meio de depósito em conta corrente ou de ficha de compensação, ambas de titularidade da **CONTRATADA**.
- 9.4. Critérios de medição dos itens de serviço**

9.4.1. Levantamento planimétrico cadastral

O custo unitário remunera os serviços realizados em campo, executados em qualquer ponto do município de São Paulo, inclusive o deslocamento do pessoal e equipamento, bem como a apresentação gráfica e descritiva do trabalho efetuado, estritamente de acordo com o padrão técnico determinado pelo TCMSP, referenciando-se a versão em vigência da NBR 13133.

O item será medido por m² (metro quadrado) de serviço executado.

9.4.2. Levantamento planialtimétrico cadastral

O custo unitário remunera os serviços realizados em campo, executados em qualquer ponto do município de São Paulo, inclusive o deslocamento do pessoal e equipamento, bem como a apresentação gráfica e descritiva do trabalho efetuado, estritamente de acordo com o padrão técnico determinado pelo TCMSP, referenciando-se a versão em vigência da NBR 13133.

O item será medido por m² (metro quadrado) de serviço executado.

9.4.3. Levantamento planimétrico de via pública e semi-cadastro de imóveis

O custo unitário remunera os serviços realizados em campo, executados em qualquer ponto do município de São Paulo, inclusive o deslocamento do pessoal e equipamento, bem como a apresentação gráfica e descritiva do trabalho efetuado, estritamente de acordo com o padrão técnico determinado pelo TCMSP, referenciando-se a versão em vigência da NBR 13133.

O item será medido por m (metro) de serviço executado, por pista de rolamento (área compreendida entre sarjetas).

9.4.4. Transporte de cota de referência de nível

O custo unitário remunera os serviços realizados em campo, executados em qualquer ponto do município de São Paulo, inclusive o deslocamento do pessoal e equipamento, bem como a apresentação gráfica e descritiva do trabalho efetuado,

estritamente de acordo com o padrão técnico determinado pelo TCMSP, referenciando-se a versão em vigência da NBR 13133.

O item será medido por m (metro) de serviço executado.

9.4.5. Transporte de coordenadas

O custo unitário remunera os serviços realizados em campo, executados em qualquer ponto do município de São Paulo, inclusive o deslocamento do pessoal e equipamento, bem como a apresentação gráfica e descritiva do trabalho efetuado, estritamente de acordo com o padrão técnico determinado pelo TCMSP, referenciando-se a versão em vigência da NBR 13133.

O item será medido por m (metro) de serviço executado.

9.4.6. Sistema de referência horizontal e vertical

Ficará a cargo da **DETENTORA** a obtenção das coordenadas de partida, bem como a referência de nível (RN), junto ao site: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/arquivos/secretarias/planejamento/mapas/0002/marcos_sp.asp

A RN adotada deverá constar das plantas com sua cota e rede altimétrica de origem. Inclui-se a orientação Norte (N).

A transferência de coordenadas UTM's oficiais poderá ser realizada por GPS Topográfico com descrição da precisão e fechamento dos pontos.

Os vértices da poligonal principal deverão obedecer aos critérios da NBR 13133. No mínimo será obrigatória a implantação de 3 (três) pontos.

9.4.7. Levantamento de detalhes

Deverão ser levantados todos os detalhes relevantes que permitam identificar inequivocamente as características físicas em estudo, conforme as necessidades da

Secretaria de Controle Externo (SCE) do TCMSP, que serão definidas pelos Auditores de Controle Externo quando do acionamento dos serviços.

Arruamentos lindeiros: deverão ser levantados todos os detalhes, inclusive alinhamento predial, guias, sarjetas, calçadas, etc. no entorno da área levantada.

Construções: deverão ser levantadas as posições das construções externas à área levantada lindeiras à mesma e que possam interferir com a área levantada.

Nos casos de levantamentos em local objeto de reformas ou serviços de manutenção, deverão ser devidamente levantados os detalhes específicos que caracterizam essas intervenções recentes.

Nos casos de levantamento em local objeto de intervenção recente em via pública, deverão ser devidamente identificados todos os locais em que houve implantação de novo pavimento, troca de guias, troca de sarjetas, etc.

10. RECEBIMENTO

10.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita da **CONTRATADA** do encerramento da execução contratual.

10.1.1. A **CONTRATADA** fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

10.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 10.2.** Os serviços serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em até 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, cabendo ao(s) responsável(is) pelo recebimento definitivo:

10.2.1. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

- 10.3.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela **CONTRATADA**, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

- 10.4.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do **CONTRATO**.

11. REAJUSTE

- 11.1.** Os preços registrados decorrentes da **ATA** poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data-base, aplicando-se o índice IPC-FIPE (do mês de referência do orçamento estimado da contratação), acumulado em 12 (doze) meses, contados da data da pesquisa de mercado.

11.1.1. Os preços poderão ser reajustados desde que não ultrapassem o valor praticado no mercado, tomando como referência as Tabelas da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana (SIURB).

- 11.2.** A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto, nos termos das disposições previstas nos artigos 105 e 106 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, especialmente na hipótese de redução dos preços dos insumos das Tabelas da SIURB, utilizadas para a composição das planilhas orçamentárias da contratação.

11.2.1. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no artigo 105 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a **ATA** e iniciar outro procedimento licitatório.

11.2.2. A(s) **DETENTORA(S)** deverá(ão), caso seja solicitado pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, instruir o pedido de reajuste com a documentação pertinente, para conferência e para homologação dos cálculos pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

11.2.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da(s) **DETENTORA(S)**, nos termos do subitem 11.1.

11.2.4. Na hipótese de divergência de valores entre o apresentado pela(s) **DETENTORA(S)** e o conferido pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, prevalecerá o verificado pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, até que as partes dirimam a controvérsia.

11.2.5. O reajuste concedido será registrado por meio de apostila.

12. PENALIDADES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, a **CONTRATADA** que:

- a) Der causa à inexecução parcial do **CONTRATO**;
- b) Der causa à inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do **CONTRATO**;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado aceito pelo TCMSP;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do **CONTRATO**;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do **CONTRATO**;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

12.2. O cometimento destas ou de qualquer outra infração prevista em Lei, condizente com a execução contratual, sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação das penalidades descritas neste item.

12.3. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.3.1. Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do **CONTRATO**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.3.4. Multa:

12.3.4.1. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, de 10% (dez por cento) do valor total da respectiva Ordem de Serviços.

12.3.4.2. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total da respectiva Ordem de Serviços.

12.3.4.3. Compensatória, para a inexecução total do **CONTRATO** prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% (vinte por cento) do valor total do respectivo contrato ou nota de empenho ou documento equivalente.

12.3.4.4. Moratória, para as infrações descritas no item “d” do subitem 12.1, de 2% (dois por cento) por dia de atraso, para o início da prestação dos serviços, calculada sobre o valor total da respectiva Ordem de Serviços, e limitada a 10 (dez) dias, após o que o objeto poderá ser considerado como definitivamente não realizado e os serviços poderão não mais ser aceitos pelo **CONTRATANTE**, configurando-se, assim, a inexecução do ajuste.

12.3.4.5. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor total do respectivo contrato ou nota de empenho ou documento equivalente.

12.3.4.6. Compensatória de 1% (um por cento) por ocorrência, sobre o valor total da respectiva Ordem de Serviços, no descumprimento das obrigações nele contidas, ou ainda no edital e/ou no Termo de Referência ou Proposta da **CONTRATADA**, considerando os demais elementos próprios da prestação dos serviços, excetuando-se as situações nas quais foram estabelecidas multas específicas, conforme item(ns) anterior(es), limitada ainda ao máximo mensal de 20 (vinte) ocorrências, momento em que poderá se caracterizar a inexecução parcial do ajuste.

12.3.4.7. Em caso de reincidência, em período inferior a 6 (seis) meses, o percentual acima referido poderá ser majorado para 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) por ocorrência.

12.3.4.8. Compensatória de 20% (vinte por cento) do valor do respectivo contrato ou nota de empenho ou documento equivalente, caso a **CONTRATADA** dê causa à extinção do ajuste, sem motivo justificado e aceito pelo **CONTRATANTE**.

12.4. As penalidades serão aplicadas, salvo se houver motivo de força maior ou caso fortuito, justificado e aceito, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

12.5. A soma das penalidades não excederá a 30% (trinta por cento) do valor total do **CONTRATO**.

- 12.6.** As penalidades são independentes, ou seja, a aplicação de uma não exclui a das outras, devendo ser recolhidas ou descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir de sua comunicação à **CONTRATADA** ou, ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.
- 12.7.** O não recolhimento das multas, no prazo previsto, ensejará a incidência de atualização monetária e juros moratórios, calculados em conformidade com a Lei Municipal nº 13.275/2002 e sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação do disposto no artigo 156, § 8.º da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.8.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.
- 12.9.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.10.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).
- 12.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.12.** No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Título IV, Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.13.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.13.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 12.13.2.** As peculiaridades do caso concreto;

12.13.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.13.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.13.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

13.1. A(s) **DETENTORA(S)** será(ão) selecionada(s) por meio de licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, levando-se em conta a natureza do objeto e o valor estimado da contratação.

13.2. Será adotado o critério de julgamento por menor preço global observando que, nos valores propostos, deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição e entrega dos bens.

13.3. Nos termos do artigo 62 da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigido, para fins de habilitação dos fornecedores, os requisitos obrigatórios indicados para habilitação jurídica (nos termos do artigo 66 da referida lei) e fiscal, social e trabalhista (nos termos do artigo 68 da referida lei).

13.4. Para fins de **qualificação técnico-operacional**, será exigido:

13.4.1. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou DECLARAÇÃO (ÕES), emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprove(m) **uma das seguintes qualificações**:

13.4.1.1. Levantamento planimétrico cadastral: 30.000,00 m², ou

13.4.1.2. Levantamento planialtimétrico cadastral: 30.000,00 m², ou

13.4.1.3. Levantamento planimétrico de via pública e semi-cadastro de imóveis: 9.000,00 m

13.4.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, assinado por autoridade ou representante de quem o expediu, com a devida identificação, devendo conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es).

13.4.3. Poderá ser utilizado mais de um atestado para comprovar a qualificação técnica solicitada.

13.4.4. Poderá ser realizada diligência para comprovar a autenticidade do atestado de capacidade técnica.

13.5. Para fins de **qualificação técnico-profissional**, será exigido:

13.5.1. COMPROVAÇÃO de que possui, em seu quadro permanente de pessoal, profissionais de nível superior, registrados no Sistema CREA/CONFEA ou Conselho Federal de Técnicos Industriais (CFT), detentores de atestados ou certidões lavrados por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, emitidos obrigatoriamente pelos contratantes titulares dos serviços, acompanhados dos respectivos Certificados de Acervo Técnico – CAT, expedidos pelo(s) CFT ou CREA(s) da(s) região(ões) onde os serviços tenham sido realizados e que comprovem a **execução de um dos serviços** abaixo relacionados:

13.5.1.1. Levantamento planimétrico cadastral, ou

13.5.1.2. Levantamento planialtimétrico cadastral, ou

13.5.1.3. Levantamento planimétrico de via pública e semi-cadastro de imóveis.

13.5.2. A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita com a apresentação da cópia de um dos documentos abaixo relacionados:

13.5.2.1. CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, acompanhada da respectiva Ficha de Registro ou;

13.5.2.2. Contrato de Prestação de Serviços ou;

13.5.2.3. Ata da Assembleia relativa à investidura no cargo ou;

13.5.2.4. Contrato Social.

13.6. Comprovação de registro da empresa e de seu responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho Federal de Técnicos Industriais (CFT), evidenciando sua habilitação legal para a execução de serviço de características semelhantes ao objeto desta licitação.

13.6.1. Caso o licitante seja registrado no CREA de outro Estado, deverá providenciar o visto do CREA-SP apenas por ocasião da celebração do **CONTRATO**.

13.6.2. Não se vislumbra impedimento à concessão de tratamento favorecido a microempresas, pequenas empresas e entidades equiparadas, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, desde que não haja risco à prestação do serviço.

13.6.3. Não se vislumbra necessidade de restrição de participação de empresas reunidas em consórcio e/ou cooperativas.

13.6.4. Diante do vulto da contratação, não se identifica necessidade de realização licitação internacional.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas resultantes do presente instrumento, quando dos futuros e eventuais acionamentos da **ATA**, correrão por conta dos recursos constantes da dotação orçamentária própria a ser indicada quando da formalização do contrato ou nota de empenho ou documento equivalente, consoante disposto no §2º do artigo 95 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

São Paulo, 8 de abril de 2026.

EDUARDO SILVEIRA CARVALHO
Auditor de Controle Externo
Coordenadoria VII